





CÂMARA DOS DEPUTADOS.

O OGMO- Órgão Gestor da Mão de Obra do Trabalho Portuário deve ser o único para fornecer a mão de obra avulsa em cada porto, tendo a responsabilidade de realizar administração e fornecimento dessa mão de obra do trabalho, podendo ceder trabalhador para vínculo de emprego a prazo indeterminado.

A permissão para criação de empresas prestadoras de trabalho avulso para concorrer com o OGMO, simplesmente contribuiu para um desarranjo geral do sistema, com violação a Convenção 137 da OIT.

Sem um órgão responsável de controlar o número de trabalhadores avulsos necessários ao atendimento da demanda de cada porto, haverá a precarização da mão de obra, além de um aumento indiscriminado de trabalhadores de forma que não será assegurada a obtenção e ganho.

Por outro lado, o projeto não assegura a garantia de renda. Se permite um aumento indiscriminado de trabalhadores com a consequente redução de oportunidades de trabalho, deve, em contrapartida assegurar a garantia de renda.

Ao defender o modelo de centralização no fornecimento da mão de obra a único órgão é possível o efetivo controle e regulação dos quantitativos, como acontece com a atual legislação.

Por essas razões, a formação do OGMO não pode ser facultativa, mas, deve ser obrigatória, ao mesmo tempo que deve ser rejeitado o modelo de fornecimento de mão de obra avulsa por empresas prestadoras de serviços. Esse modelo que tem por espelho o que acontece em Portugal, tem se mostrado ineficaz e desastroso.

Portanto a manutenção das atribuições do OGMO é essencial para a preservação dos direitos fundamentais dos trabalhadores portuários, conforme estabelecido pela Constituição Federal, pelas Convenções Internacionais da OIT. O OGMO, como órgão responsável pela administração e qualificação da mão de obra

portuária avulsa, garante o respeito à dignidade do trabalhador, à segurança nas operações portuárias e à justiça nas relações de trabalho.

Sala da Comissão, 22 de abril de 2025

Deputado ALEXANDRE LINDENMEYER
PT RS

Apresentação: 23/04/2025 10:33:33.830 - CTRAB
EMC 367/2025 CTRAB => PL 733/2025
EMC n.367/2025

